

A INTEGRAÇÃO DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO: UMA PRÁTICA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR

Jermana Gabriely Resende Lima Melo¹

¹ Unopar (Campo Maior, Piauí, Brasil), gabydixon98@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho partiu de uma experiência vivenciada no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, durante a disciplina de Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar. Nesse relato, objetivou-se refletir sobre a importância do estágio em gestão e concepções acerca da gestão escolar bem articulada, bem como discorrer acerca da História e Cultura Afro-Brasileira na matriz curricular e das práticas docentes com relação a essa temática e, por fim, apresentar um recurso produzido pelas discentes para nortear as práticas pedagógicas desses profissionais. Esse trabalho justifica-se pela importância de analisar como a colaboração entre escola e universidade são importantes para a formação dos licenciandos e também para as propostas educativas desenvolvidas na educação básica, bem como sobre a importância da formação continuada dos professores, frente à Lei nº 10.639/03. Os autores que embasam essa discussão foram PIMENTA e LIMA (2009), GOMES (2005), MUNANGA (2005), entre outros. Os resultados dessa pesquisa evidenciaram que é fundamental a formação continuada, principalmente para abordar assuntos diversos que não foram profundamente contemplados durante a graduação. Importa salientar, ainda, que os resultados evidenciam a pertinência do estágio na gestão escolar, o que possibilitou um olhar abrangente sobre os diferentes sujeitos que participam, organizam e efetuem a educação escolar.

Palavras-Chave: Estágio; Étnico-raciais; Reflexão; Currículo; Escola.

INTRODUÇÃO

Os educadores possuem a tarefa de repassar e discutir conteúdos de diferentes áreas do conhecimento, mas a prática docente não se limita somente a isso; também, por meio dessa transmissão de conteúdos, devem haver discussões que gerem reflexões acerca de determinados temas que ultrapassam os muros da escola. Essas reflexões devem ser feitas tanto pelo educador quanto pelo educando, provocando um pensamento crítico e argumentativo com base em experiências e conhecimentos prévios.

No cotidiano escolar, o docente depara-se com diferentes sujeitos que possuem características e histórias próprias; desse modo, são conhecidas diversas realidades que podem ser motivo suficiente para avaliar a prática e a importância que certas temáticas trazem para esse espaço de aprendizagem. A História e Cultura Afro-Brasileira é uma temática bastante pertinente, considerando a historicidade do país, e passou a ser obrigatória no currículo escolar a

partir da Lei nº 10.639/03, que busca incluir o estudo em todo o currículo escolar, desde o Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

O artigo 26-A, que trata dessa lei, determina que, nas instituições de ensino públicas e privadas, sejam abordados conteúdos referentes à História da África e dos Africanos: a luta da população negra no Brasil, a cultura negra no país e o negro nas esferas social, econômica e política, ou seja, de maneira interdisciplinar, o professor deve abordar esses assuntos de forma que a população afro tenha o merecido reconhecimento e destaque, contemplando a história de forma aprofundada a partir de diferentes meios (BRASIL, 2003). Nesse sentido, torna-se necessário que o docente compreenda a relevância dessa prática e saiba como abordá-la em sala de aula. Surge, então, o seguinte questionamento: os educadores possuem formação e domínio para trabalhar essa temática?

Segundo Gomes (2005), o educador torna-se uma figura essencial para despertar no educando reflexões acerca das questões étnico-raciais. Desse modo, fica nítido, então, que não basta apenas transmitir conteúdos obrigatórios no currículo escolar, mas, de acordo com a Lei nº 10.639/03 e apoiando-se no que a autora infere acerca da postura do docente, é necessário refletir sobre o modo como questões étnico-raciais e a história da população negra têm sido trabalhadas nas escolas.

Diante disso, o presente trabalho foi desenvolvido durante a disciplina de Estágio Curricular em Gestão Escolar, obrigatória na matriz curricular do curso de Pedagogia e que, conforme Pimenta e Lima (2009), proporciona um olhar para a realidade, no qual o estagiário reflete sobre teoria e prática, observando o planejamento, a rotina, as atividades administrativas desempenhadas pela direção, coordenação e demais técnicos, bem como os outros setores onde também se discute e planeja a educação, seja ela municipal ou estadual. A prática realizada teve como objetivo auxiliar um grupo de professores de uma escola pública municipal a conhecer e desenvolver atividades e projetos em sala de aula que abordam a temática História e Cultura Afro-Brasileira. A metodologia utilizada constituiu-se da pesquisa bibliográfica, para embasar as discussões e auxiliar na proposta desenvolvida na instituição, contando, ainda, com observações e entrevista com a diretora de uma escola pública municipal na cidade de Campo Maior, Piauí, onde o estágio aconteceu.

O ESTÁGIO EM GESTÃO: AS POSSIBILIDADES TEÓRICAS E PRÁTICAS

O estágio trata-se de uma experiência importante na jornada acadêmica do licenciando,

pois é nesse momento que ocorre o conhecimento e a vivência da realidade escolar, bem como a compreensão de como a educação se organiza nos diferentes espaços. Para isso, inicialmente, é necessário que o graduando transite entre a teoria antes de partir para a prática. De acordo com Silva e Gaspar (2018), é no estágio que o licenciando poderá identificar-se ou não com a docência e, também, alinhar teoria e prática, de acordo com as disciplinas estudadas no início de sua formação. Portanto, conforme as autoras destacam, entende-se que, por meio do estágio, é possível analisar e refletir sobre o papel do docente, as dificuldades apresentadas pelos professores da educação básica e, ainda, se é nesse espaço que o acadêmico encontra familiaridade e afinidade em exercer a profissão docente.

Além disso, devem ser destacadas, ainda, as diretrizes referentes ao estágio na docência, organizadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Na Resolução CNE/CP nº 2, de fevereiro de 2002, instituiu-se a duração e a carga horária para os cursos de licenciatura, de modo que, para as atividades de estágio supervisionado nesses cursos, devem ser cumpridas 400 horas, sendo essas atividades realizadas na segunda metade do curso (BRASIL, 2002).

Ou seja, as instituições de ensino superior, principalmente as que ofertam cursos de licenciatura em Pedagogia, precisam organizar seus projetos pedagógicos de maneira que essas 400 horas sejam divididas nos respectivos estágios: Estágio Supervisionado em Educação Infantil, Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental Anos Iniciais e, por último, Estágio Supervisionado em Gestão Escolar.

Essa organização pôde ser experienciada durante a formação no curso de licenciatura anteriormente citado. Ainda antes do início das investigações no estágio, houve uma carga horária direcionada a estudos teóricos, com o objetivo de ampliar ainda mais os conhecimentos acerca desse momento de pesquisa de campo. Essa parte mostrou-se importante para que os acadêmicos pudessem esclarecer dúvidas sobre a metodologia nas diferentes etapas, fundamentar suas práticas em diferentes perspectivas e chegar ao ambiente escolar sem julgamentos, pois, nesse momento, os licenciandos atuavam como investigadores. Nesse sentido, é essencial que exista um diálogo com o professor que atua em sala de aula, para compreender a rotina escolar e as particularidades e especificidades de cada aluno.

Desse modo, durante a disciplina, os acadêmicos conheceram a gestão educacional em diferentes espaços, tanto no espaço escolar quanto em espaços não escolares. Houve contato com a atuação do gestor escolar, desempenhada pela direção, coordenação e demais profissionais, assim como com os diferentes setores que contribuem para a educação do município, como o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica do Estado do Piauí –

SINTE, a 5ª Gerência Regional de Ensino – 5ª GRE, e a Secretaria de Educação de Campo Maior – SEMED.

A prática foi desenvolvida no espaço escolar, durante o período de estágio, em uma escola municipal que atende turmas de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais. Portanto, foi desenvolvida durante a disciplina de Estágio Curricular em Gestão Escolar, como mencionado anteriormente, e planejada de forma a auxiliar um grupo de professores de uma escola pública no município de Campo Maior, Piauí, que apresentavam dúvidas quanto à forma de aplicar, em sala de aula, atividades que contemplem a História e Cultura Afro-Brasileira.

Nesse sentido, foram realizadas observações na instituição, bem como o planejamento e o desenvolvimento de um material digital que apresentava diversas ideias e sugestões referentes à temática para os professores da escola em que o estágio foi cumprido. Segundo Pimenta e Lima (2009, p. 45), “o estágio curricular é uma atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade”.

Diante disso, com base nessa afirmativa, pode-se perceber a importância do estágio não apenas como a parte prática do curso, mas como uma forma de alinhar teoria e prática, afinal, ambas são necessárias para que os futuros docentes possam desempenhar suas propostas e projetos com base no que foi estudado durante a formação e na realidade escolar. Além disso, a partir da autonomia e confiança dadas às estagiárias para amenizar as dúvidas dos docentes, percebe-se a importância da parceria entre universidade e educação básica, algo que beneficia tanto o campo da pesquisa quanto a inovação e a reflexão nas práticas escolares.

Como a proposta da disciplina envolvia planejar e realizar uma ação na escola, de modo a solucionar alguma problemática observada durante a primeira etapa do estágio, analisou-se de que maneira seria possível intervir, se existia algum desafio a ser enfrentado e se a proposta idealizada seria aceita pela gestão da escola. Observando a rotina da diretora escolar e os projetos que a escola estava realizando durante o ano letivo, identificou-se, por meio da gestora, que a instituição estava começando a implementar a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira na grade curricular.

Pode-se, assim, identificar e destacar a importância do estágio em gestão e a pertinência de um gestor que se atente às demandas de sua instituição no que se refere ao ensino-aprendizagem e à construção deste, bem como à aceitação da participação de todos os atores educacionais, pois, como afirma Souza (2018, p. 65), “ele consegue identificar as lacunas deixadas e reorientar a prática docente”. A diretora da instituição na qual o estágio foi realizado mostrou-se aberta ao diálogo e bastante receptiva, confiando às discentes do curso de Pedagogia

a tarefa de auxiliar os docentes nesse processo de implementação da disciplina e na elaboração de uma estratégia.

Como foi necessária a aprovação da diretora para propor uma intervenção na escola, inicialmente ocorreu um diálogo sobre as demandas da instituição, os desafios, os projetos que estavam sendo desenvolvidos e de que forma seria possível contribuir com alguma demanda específica. Nesse momento, a gestora explicou haver uma dificuldade, por parte dos professores, em executar atividades referentes à temática História e Cultura Afro-Brasileira.

Observou-se que a gestora ouviu os professores e estava pensando em estratégias para organizar práticas educativas que trabalhassem esse tema. Percebeu-se que, para a gestora, esse desafio também era seu, pois os docentes a procuraram para pedir orientações e repensar suas ações. Desse modo, nota-se a existência de uma gestão que acolhe seu corpo docente e ainda o auxilia na tentativa de buscar práticas que contribuam significativamente para a aprendizagem do aluno.

A partir do que foi apresentado e discutido até aqui, pode-se concluir que o estágio em gestão escolar possibilitou às graduandas uma nova vivência, diferente do estágio em Educação Infantil e em Ensino Fundamental Anos Iniciais. Essa nova experiência demonstrou como é complexo e necessário o papel do gestor nas instituições de ensino, pois é preciso saber tomar decisões, dialogar com a família e a comunidade, além de possuir responsabilidade e cuidado com todos os envolvidos nesse ambiente.

Assim como a figura do professor, o gestor lida com vidas diariamente, necessita intervir em situações referentes à realidade do aluno e reorganizar projetos, currículo e estratégias para um melhor desempenho e aprendizado escolar. Ficou evidente, ainda, a grande contribuição que o estágio possibilita tanto para o licenciando quanto para os profissionais que já atuam na educação básica, pois ambos propiciam reflexões e novas abordagens no ambiente educacional.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: A PRÁTICA EM SALA E A PREPARAÇÃO DOCENTE

Como mencionado anteriormente acerca da intervenção desenvolvida pelas acadêmicas, durante a disciplina de Estágio em Gestão, agora serão discutidos como foi idealizado, produzido e apresentado esse recurso para os docentes atuantes na escola na qual o estágio foi realizado e para a turma na qual as licenciandas cursaram a disciplina. Será percorrido, ainda, sobre a importância da formação continuada e do papel do professor nessa abordagem, pois, por meio dele, a temática será apresentada em sala de aula.

Ao finalizarem a fase de observação, as pesquisadoras precisavam realizar uma intervenção que objetivava solucionar algum problema observado na escola. Inicialmente, as acadêmicas auxiliariam a diretora com algumas modificações no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, pois havia a necessidade de incluir no texto a Lei nº 10.639/03, bem como os objetivos que a escola iria desenvolver a partir dessa lei, que seriam as propostas de implementação do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

No entanto, houve uma mudança na intervenção: o que antes seria apenas um auxílio na reformulação do PPP da escola passou a ser uma proposta que ajudaria os docentes a levar práticas que abordassem a temática. Desse modo, foi realizado um estudo bibliográfico com foco nessa temática, e pensaram-se estratégias para elaborar algo a que todos os professores tivessem acesso e pudessem utilizar em sala de aula.

A prática realizada surgiu, então, após uma sugestão da diretora, que havia explicado existir certa dificuldade apresentada pelos professores em levar atividades referentes à História e Cultura Afro-Brasileira, principalmente nas disciplinas além de História e Geografia. De acordo com a Lei nº 10.639/03, em seu artigo 26-A, parágrafo 2º, essa temática deve transitar entre disciplinas de Educação Artística, Literatura e História Brasileira (BRASIL, 2003). No entanto, sabe-se que, além dessas disciplinas, esse tema pode ser trabalhado também nas áreas de Ensino Religioso, Educação Física, Língua Portuguesa e Geografia, não apenas de forma isolada, mas de maneira interdisciplinar.

Partindo disso, foi idealizada uma abordagem que facilitasse a compreensão dos docentes acerca da temática, bem como o acesso a materiais diversos que pudessem ser adaptados ou até mesmo desenvolvidos em sala de aula com os alunos. Assim, foi criado um recurso digital que apresentava ideias de planos de aula, sugestões de jogos e brincadeiras, além de sites nos quais os professores podem acessar gratuitamente e desenvolver propostas de forma adaptada à sua turma.

Além disso, foi disponibilizado acesso a e-books que orientavam práticas em sala de aula, bem como uma abordagem acerca da importância da implementação da História e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar. Pensou-se em algo que oferecesse maior diversidade de propostas, já que, nos livros didáticos, os conteúdos voltados à educação para as relações étnico-raciais ainda estão em processo inicial de modificação, direcionando-se para um olhar menos eurocêntrico.

Na graduação, as licenciandas cursaram a disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena ainda no início do curso, e esse conhecimento prévio permitiu uma

compreensão acerca da dificuldade dos docentes, além de possibilitar que fosse pensada a praticidade que o recurso poderia proporcionar aos educadores. Nesse ponto, pode-se destacar o que Munanga (2005) afirma a respeito da formação docente:

alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar e na sala como momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz à nossa cultura e à nossa identidade nacional. (MUNANGA, 2005, p.15)

Com base no que o autor destaca, a formação docente precisa preparar os futuros educadores para dialogar e transmitir conhecimento acerca da formação do país e, ainda, trabalhar a diversidade cultural com os alunos, frisando o respeito e a conscientização destes. No que concerne a essa formação, sabe-se que não é recente a legislação que trata da inserção da temática no currículo; porém, apenas agora as escolas estão implementando essa temática em seus currículos e discutindo-a ao longo do ano letivo, como é o caso da instituição onde o estágio foi realizado.

Assim como esses profissionais, também foram identificadas dificuldades para encontrar atividades que trabalhassem esse tema, pois uma das avaliações na disciplina de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, ofertada na grade curricular do curso, consistiu na construção de um portfólio com atividades para trabalhar a História e Cultura Afro-Brasileira e atividades que exploravam a temática da cultura indígena. Durante a disciplina, foi percebida a importância de trabalhar a diversidade cultural e, ainda, de ouvir dos alunos suas dúvidas e percepções com relação à história do Brasil, bem como dialogar sobre esse contexto histórico que jamais poderá se repetir.

Gomes (2005) considera que:

[...] seria interessante se pudéssemos construir experiências de formação em que os professores pudessem vivenciar, analisar e propor estratégias de intervenção que tenham a valorização da cultura negra e a eliminação de práticas racistas como foco principal. Dessa forma, o entendimento dos conceitos estaria associado às experiências concretas, possibilitando uma mudança de valores. (GOMES, 2005, p.149)

Entende-se, então, a necessidade de uma formação docente que proponha desafios e reflexões aos professores, de modo que seja possível compreender a pertinência dessas atividades na escola, visando garantir a formação de cidadãos mais respeitosos e críticos. Além disso, faz-se necessário repensar a posição assumida frente a situações que exigem a intervenção do professor, como, por exemplo, em práticas de bullying relacionadas ao cabelo ou à cor do colega. A autora cita exemplos que não são casos isolados, sobretudo em práticas

docentes que acabam agregando ignorância e reforçando visões equivocadas sobre as pessoas negras.

Não se pode negar que ainda existe racismo em situações cotidianas, inclusive na escola, onde o bullying ocorre frequentemente. Torna-se perceptível, então, a urgência em formar profissionais capazes de enxergar o racismo até mesmo em situações como a descrita por Melo et al. (2025, p. 175), em que os autores observaram a presença do racismo e do padrão de beleza imposto na sociedade em atividades nas quais, “mesmo as crianças podendo colorir livremente, a cor de pele quase que unanimemente é colorida com a cor rosa claro, embora exista muitas cores disponíveis e, por vezes, a própria professora determina a cor”.

A escola é um espaço onde os vínculos sociais serão fortalecidos, portanto, é justificável haver uma preocupação com a forma como a diversidade tem sido discutida nesse ambiente, sobretudo diante da reformulação do currículo que visa abranger a história da cultura afro-brasileira. Nesse aspecto, cabe ao professor buscar uma formação que o capacite a desenvolver práticas diversificadas com base no conteúdo apresentado.

Diante disso, como mencionado anteriormente, as discentes exploraram diferentes setores nos quais se organiza a educação básica no município, sendo um deles a Secretaria de Educação da cidade de Campo Maior. Nesse espaço, foi apresentada a Política Nacional de Equidade, de Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. Essa política tem, dentre seus objetivos:

formar profissionais da educação para gestão e docência para Educação para as Relações Étnico-raciais (ERER) e Educação Escolar Quilombola (EEQ);
contribuir para a superação das práticas racistas na educação brasileira;
contribuir para a superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira;
(BRASIL, 2024, p.15-16).

De acordo com essa política, a formação continuada dos profissionais da educação é fundamental para a efetivação dos objetivos destacados, bem como de outros que constam no documento citado. Nesse sentido, tanto educadores quanto gestores estiveram participando de formações, buscando implementar, nas unidades escolares, saberes acerca das relações étnico-raciais, de maneira a dialogar com os docentes sobre a importância do combate ao racismo.

Além disso, conforme trata o documento, as instituições de ensino terão que se adaptar para acolher alunos de diferentes etnias, de forma que se sintam parte do processo de aprendizagem, ou seja, os conteúdos referentes à formação do país devem focar nas identidades

que, por muito tempo, não receberam o merecido destaque. Nessa perspectiva, a legislação ainda visa realizar um monitoramento para analisar se as iniciativas estão sendo efetivadas e os impactos dessas estratégias.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, uma das competências específicas para a área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental, é que o aluno possa compreender a sua identidade e a do outro, aprendendo a respeitar as diferenças e a exercer os direitos humanos (BRASIL, 2018). Nesse sentido, fica nítido como as relações étnico-raciais devem ser discutidas e exercitadas em todas as etapas da Educação Básica, pois é na escola que o aluno passa boa parte de sua vida, onde se depara com pessoas diferentes, inicia um novo ciclo e deve existir respeito.

Portanto, é indiscutível que as relações étnico-raciais sejam contempladas durante a formação básica e, ainda, que o professor busque transmitir e dialogar no tocante a essa temática. Com base na relevância desse tema, Cerezer (2015) afirma que:

A implementação da educação para as relações étnico-raciais, por meio das Leis n.º 10.639/03 e n.º 11.645/08, instituiu uma possibilidade de construção de novos saberes históricos, nos quais atores intencionalmente esquecidos e excluídos da história e da sociedade são deslocados da condição de coadjuvantes para a condição de protagonistas do processo histórico brasileiro. (CEREZER, 2015, p. 255)

Surgem, então, lacunas sobre como trabalhar essa temática, uma vez que, nos livros didáticos, encontra-se apenas um ponto de vista da história desses povos e, ainda, questiona-se onde está a história do povo negro, que conte sobre sua cultura, sua religiosidade e sua trajetória antes de sofrerem com a colonização. Para que o professor possa, de fato, reconstruir os saberes acerca da população afro-brasileira, é importante que haja recursos, que, em sua formação acadêmica, o currículo englobe esse tema e, ainda, que sejam promovidas formações continuadas organizadas pelas próprias secretarias de educação, de forma que o docente possa participar e enriquecer suas práticas e abordagens em sala de aula.

Frente a isso, é compreensível a dificuldade dos profissionais em encontrar material didático para aplicar em suas atividades. Conforme pontua Ferreira (2008, p. 15), “a História e Cultura Afro-Brasileira, quando não invisibilizada, tem sido folclorizada e estereotipada nos conteúdos didáticos”. Nesse sentido, pode ser observada, ainda, a existência de um conteúdo fragmentado e centrado apenas sob a ótica de um dos lados que compõem a construção dessa história.

Partindo disso, a intervenção proporcionou aos docentes um recurso rico em materiais e ideias de planos de aula. O recurso produzido no aplicativo Canva foi elaborado de forma que os

profissionais pudessem encontrar links e sugestões de literatura acerca do estudo. Foram utilizadas fontes bibliográficas, principalmente no que se refere à lei que determinou a inserção da temática afro no currículo escolar, bem como materiais didáticos disponíveis na internet, para compor a segunda parte do recurso.

Para a construção do material, foram elaborados planos de aula, disponibilizadas ideias de projetos didáticos, além de sugestões de filmes e livros, com o objetivo de apoiar e enriquecer as práticas pedagógicas dos docentes. O recurso trata-se de um e-book, ainda não publicado, apenas disponibilizado para os professores e para a diretora da instituição escolar.

Após a elaboração, o material foi apresentado à diretora e disponibilizado o acesso aos professores. A escolha pela produção de um recurso digital deve-se à possibilidade de inserção de links que direcionam aos materiais, como livros, sites e vídeos com contação de histórias, entre outros. Considerando que a lei determina que a História e Cultura Afro-Brasileira seja desenvolvida no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, o foco recaiu apenas sobre o Ensino Fundamental, uma vez que a escola oferta turmas apenas até os anos iniciais.

Concluindo essa parte, foi realizada, ainda, uma socialização na universidade com os demais discentes do curso de Pedagogia que estagiaram em outras escolas, contando com a presença da docente responsável pela disciplina. Na ocasião, cada dupla expôs suas vivências na escola, o que foi observado, o que foi aprendido com base no trabalho desenvolvido pela gestão escolar e apresentou seus projetos de intervenção.

O e-book produzido foi apresentado nesse momento, no qual foram explicadas as mudanças ocorridas na intervenção e a nova ideia que surgiu a partir do diálogo com a gestora, que expôs a dificuldade dos docentes. Após a conclusão do estágio, pensou-se na publicação do conteúdo produzido em formato de e-book; no entanto, ainda não houve oportunidade. Ainda assim, é visível a riqueza de recursos e ideias que o material proporciona aos educadores.

CONCLUSÕES

Nota-se, a partir dessa discussão, a pertinência da formação continuada, do estágio nos diferentes espaços em que se planeja a educação básica e, ainda, da parceria entre escola e universidade.

Conclui-se, ainda, a importância de a prática docente estar alicerçada nos saberes que se pretende transmitir. Nesse aspecto, destaca-se a garantia de uma formação continuada alinhada aos novos conteúdos propostos de acordo com a legislação.

Por fim, torna-se necessário que, mesmo possuindo materiais, recursos e planos de intervenção, o docente não se limite apenas a isso, mas torne-se um pesquisador, buscando, em sua prática, lacunas que podem ser preenchidas e desafios que devem ser superados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Resolução CNE/CP no 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Duração e carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores para Educação Básica, em nível superior. Diário Oficial da União, Brasília, 4 mar. 2002b. Seção 1, p. 9.

BRASIL. **Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm .

BRASIL, Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
CEREZES, Osvaldo Mariotto. **Diretrizes curriculares para o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena: implementação e impactos na formação, saberes e práticas de professores de história iniciantes**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Uberlândia, Mato Grosso, 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria nº 470 de 14 de maio de 2024**. Instituiu a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola(PNEERQ). Brasília, Distrito Federal: Ministério da Educação, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pneerq/legislacao> .Acesso: 29 de dez. de 2025.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva**. Revista ACOALFAplp: Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua portuguesa, São Paulo, ano 3, n. 5, 2008. Disponível em: . Publicado em: setembro 2008.

MELO, J.G.R.L.; ALVES, M.O.M; CARVALHO, R. C.; MOREIRA, E.R.; PORTELA, M.K.O.; FERNANDES, A.G. Educação antirracista na Educação Infantil: Estratégias pedagógicas para a conscientização da diversidade de cores de pele. In: (Org) RICARTE,Kátia Magaly Pires Ricarte; Santos, Kelly Polyana Pereira dos.;Cruz Warlen Ranniery Araújo. **Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência-PIBID: Retrospectiva PIBID/RP/UESPI: Pedagogia, Educação e suas Tecnologias**, Vol. 03., Teresina: FUESPI, 2025. p. 169-179.

GOMES, N. L. Educação e relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In.: MUNANGA, K. (Org.) **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Sec. de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PIMENTA, S.G.; LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Haíla Ivanilda; GASPAR, Mônica. Estágio supervisionado: a relação teoria e prática reflexiva na formação de professores do curso de Licenciatura em Pedagogia. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, 9 maio de 2018.

SOUZA, Kelly Alves Menezes de. A Gestão Escolar: Contribuição no Desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. In: **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 24, n.1, p. 64-93, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/topicoseducacionais>

